

GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO

Variações sobre um tema

Daniel Schroeter Simião¹

Resumo:

O texto apresenta um panorama dos sentidos usados para o conceito de gênero nas últimas décadas, tanto no campo acadêmico quanto no dos projetos de desenvolvimento social e econômico. Por meio de uma discussão acerca dos limites e possibilidades de cada abordagem, o texto convida a leitora e o leitor a uma utilização crítica do conceito de gênero, especialmente para a análise e a intervenção sobre questões que envolvam as relações de gênero no mundo do trabalho. Como conclusão, o texto propõe que o impacto de mudanças no mundo do trabalho só possam ser percebidas (e tratadas) adequadamente em uma perspectiva de gênero caso se dê atenção não apenas à posição das mulheres dentro de relações de trabalho, no mercado formal ou informal, mas se observe igualmente o impacto que essas posições trazem para a forma como homens e mulheres operam relações de gênero no seu cotidiano a partir de uma referência vivida no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Gênero; Antropologia; Equidade; Trabalho.

Na última década, o termo “gênero” se tornou uma palavra sempre presente, com maior ou menor ênfase, entre projetos de desenvolvimento social e econômico. Deslocando o espaço ocupado, em décadas anteriores, pelo sujeito político “mulher”, o uso freqüente de “gênero”, muitas vezes querendo significar diferentes idéias, acaba criando certa confusão. Não que confusões sejam ruins por natureza. Aliás, a ambivalência de alguns conceitos é, muitas vezes, desejável. O que ocorre no uso do conceito de “gênero”, contudo, parece ser um falso consenso, uma situação em que todos pensam estar se referindo à mesma coisa, quando, na realidade, operam com conceitos diferentes. A falta de explicitação do sentido em que se está utilizando o conceito torna, muitas vezes, difícil o diálogo neste campo. Assim, penso que nunca é demais uma revisão dos sentidos possíveis do conceito de gênero, especialmente para estimular a todas e todos que trabalham com projetos nesta área a utilizar de forma mais clara – e crítica – o termo “gênero”.

Este texto começa, portanto, revisando as origens e o itinerário do conceito de “gênero”, da academia aos projetos de desenvolvimento. Em seguida, enfoca os sentidos que estas escolhas podem ter para projetos voltados especificamente para a transformação das relações de gênero no

¹ Doutor em Antropologia Social, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Este artigo é baseado em um documento produzido pelo autor para o Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, no ano de 1999. O autor agradece a leitura e comentários, em diferentes ocasiões, de Neusa Zimmermann, Kelly C. Silva, Marília Gomes de Carvalho e Cristina Schroeter Simião.

mundo do trabalho. Não se trata de dar aqui uma receita de como utilizar o conceito de gênero, mas sim de disponibilizar instrumentos para compreensão dos significados que estão por trás de uma política que tem como objetivo a igualdade de gênero no mundo do trabalho.

Gêneros do gênero

Não é por acaso que existem diversas interpretações para o que seja “gênero”. Originado no universo acadêmico, o termo recebeu a marca das diferentes abordagens disciplinares que trabalharam com ele. Assim, antropólogas e antropólogos, sociólogas e sociólogos, psicólogas e psicólogos, historiadoras, historiadores e cientistas políticos foram dando cores diferentes ao conceito, conforme a bagagem conceitual específica que suas disciplinas traziam.

Cláudia Costa faz um bom apanhado das principais leituras que derivam dessas diferentes tradições.² Analisando a trajetória do conceito de gênero na academia, Costa identifica vários sentidos dados ao conceito ao longo dos anos 1970 e 80. Inicialmente, o conceito é tomado de empréstimo da Lingüística, em que funcionava como uma variável binária de oposição entre masculino e feminino, e levado como metáfora para falar dessas oposições na sociedade – oposições entre “homens” e “mulheres” – como grupos sociais distintos, compostos de uma natureza diferente e de diferentes habilidades e posições na sociedade. É desta abordagem que surgem discursos que identificam características tipicamente masculinas e femininas, como aqueles que afirmam que os homens tenderiam a se expressar de forma mais direta e autoritária, enquanto que as mulheres dominariam uma linguagem mais nuançada. Costa lembra que essa abordagem não se dá conta de que existem muitas diferenças entre os próprios homens (ou entre as próprias mulheres), e que a linguagem depende mais de fatores de identidade social do que do sexo da pessoa. Além disso, uma mesma pessoa utiliza de diferentes estratégias de linguagem em função de diferentes situações em que se encontra.

Outra forma de entender gênero seria a partir da idéia de papéis sexuais dicotomizados. Para essa interpretação, a sociedade impõe certos papéis para os homens e outros para as mulheres e que vão determinar a forma como homens e mulheres se vêem e como se relacionam uns com os outros. Uma crítica comum a essa visão é a de que ela confunde gênero com papéis específicos de mãe ou esposa, o que consolida alguns estereótipos, além de não explicar muito sobre a possibilidade da transformação nas relações de gênero. É uma visão abstrata e genérica demais para explicar a complexidade das construções localizadas, e, por isso, não leva em conta poder e desigualdade.

Uma outra abordagem comum, ainda segundo Costa, veria gênero

² COSTA, Cláudia Lima. O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.1, 1994.

como uma variável psicológica para a qual existiria uma escala de “jeitos de ser”, dos mais masculinos até os mais femininos. Nesse contexto, o sujeito construiria sua personalidade situando-se em algum ponto dessa escala. O ideal, então, seria estar no meio dela (ser andrógino). Costa alerta que essa escala mede apenas a instrumentalidade e a expressividade (ser mais masculino significa ser mais instrumental, mais racional, etc., ao passo que ser mais feminino seria ser mais expressivo, mais emotivo, etc.), e confunde essas características com masculinidade e feminilidade. Com isso está apenas aceitando estereótipos sexuais. Além disso, afasta a construção das identidades de gênero de fatores sociais, isolando-a na obscura construção da personalidade individual.

Por fim, uma quarta maneira de entender gênero seria tomá-lo como uma tradução de sistemas culturais. Nesse sentido, homens e mulheres vivem em dois mundos completamente diferentes, e, por isso, formam subculturas dentro da sociedade. Essa é uma visão bastante difundida no campo das ONGs, e uma de suas definições mais comuns é a de que gênero é o sexo socialmente construído. Segundo essa interpretação, a natureza define dois sexos biológicos (homens e mulheres), e cabe à sociedade agregar a esse dado natural diferentes valores, significados, atributos, etc. Dessa forma, dependendo do sexo com que cada um nasce, será educado de uma dada maneira, aprenderá o que pode ou não fazer, como deverá ou não se comportar, etc., sempre de acordo com um modelo geral do que é Masculino e Feminino, construído pela sociedade. Isso significa, também, que terá tais ou quais oportunidades na família, na escola, no trabalho, e que passará por tais ou quais situações de discriminação durante sua vida.

Essa definição de gênero é bastante comum nos documentos das ONGs, porque é fácil de ser compreendida e permite uma boa estratégia de denúncia e transformação social. Mas devemos observar que ela tem, ultimamente, recebido críticas importantes. Segundo essa definição temos dois modelos de classificação das coisas: o masculino e o feminino, que a sociedade constrói e que orientam a socialização de homens e mulheres. Ao colocar a ênfase nesses dois modelos de grande alcance, podemos estar dando a falsa impressão de que as mulheres são todas iguais, por serem mulheres e terem que assumir o modelo feminino, assim como os homens ficam todos iguais por assumirem o modelo masculino. Deixaríamos, assim, de perceber uma série de outros marcadores como raça, classe, idade, orientação sexual e condição física, que também hierarquizam sujeitos e relações.

Muitos têm afirmado que essa interpretação do conceito de gênero acaba sendo reducionista. É bem verdade que existem modelos hegemônicos de masculino e feminino, mas é preciso reconhecer que as pessoas operam com esses modelos em função de realidades específicas, definindo formas particulares de classificar os outros. Assim, se uma mulher pode ser discriminada em algum momento por ser mulher, em outro isso pode não importar tanto quanto o fato de ela ser vista como pobre, negra, migrante, idosa, lésbica, ou portadora de alguma deficiência.

De modo semelhante, mesmo que o marcador de gênero seja importante em um certo contexto, nunca sabemos exatamente se ele será

usado para marcar alguém de forma positiva ou negativa. Em outras palavras, o fato de alguém ser visto como mulher não significa que será classificada de uma mesma maneira em situações diferentes. Por exemplo: uma mulher que resolve produzir pães em sociedade com as amigas e distribuir seu produto em revendedores da vizinhança no carro de um vizinho, com o qual estabeleça um contrato para esse fim específico, pode ser vista por uns como uma mulher empreendedora e de boa visão comercial. Por outros, pode ser vista como uma “mulher malandra”, que engana o marido traindo-o com o vizinho. São diferentes formas de classificá-la, a partir de diferentes modelos de gênero; diferentes formas de compreender “masculino” e “feminino”.³

Isso significa que estamos constantemente classificando o mundo à nossa volta, sempre que nos relacionamos com ele. E os modelos de gênero dão importantes diretrizes para a forma como iremos classificar pessoas, condutas e objetos nesse mundo. Mas esses modelos não são iguais para todos nós. Assim, embora possam existir modelos mais gerais do que a sociedade considera masculino ou feminino, a forma como isso se traduz nas relações sociais concretas depende muito da relação e do contexto em que as pessoas estejam.

Por fim, um alerta que algumas pesquisadoras têm feito evidencia que essa interpretação do conceito de gênero deixa intacta uma dicotomia perigosa entre “natureza” e “cultura”. Se é verdade que o gênero está na cultura, temos que cuidar para não acreditar simplesmente que a classificação que fazemos dos seres humanos em dois sexos esteja inscrita na natureza. Segundo essas críticas, o corpo de mulheres e homens não é um terreno “natural”, sobre o qual a sociedade edifica o “gênero”. A própria tendência que temos a ver o corpo como o lugar da natureza é uma tendência de nossa cultura, de nossa visão de mundo, e, por isso, é marcada por nossos preconceitos. Dessa forma, ao escolher o corpo como o diferenciador entre mulheres e homens, a sociedade já está operando seus modelos de gênero.⁴

Recentemente, vem surgido uma outra forma de compreender gênero, ainda como uma construção social, mas não como um conteúdo de masculino e feminino definido pela sociedade em geral. Para alguns autores (chamados de pós-estruturalistas, pós-modernos ou desconstrucionistas), temos que olhar com cuidado a forma como as pessoas se utilizam dos modelos de gênero para classificar o mundo à sua volta. Nesse sentido, os modelos existentes em nosso repertório cultural e que orientam nossas condutas em relação ao gênero são constantemente postos em funcionamento pelas pessoas em

³ O exemplo acima está melhor trabalhado em SIMIÃO, Daniel. **O pulo do sapo: gênero e a conquista da cidadania em grupos populares**. Curitiba: Expoente, 2000.

⁴ Sobre o caráter arbitrário do dimorfismo sexual, ver LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Sobre as críticas a uma visão dicotômica entre natureza e cultura, ver: BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990. Ver também: HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.5, 1995. A respeito da idéia de “modelos hegemônicos”, um estudo em particular é bastante interessante por trabalhar com representações hegemônicas sobre masculinidade e verificar como as práticas locais de uma aldeia do interior de Portugal lidam com estes valores. Trata-se de: VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de Século, 1995.

função da relação e da situação em que elas se encontram. Nesse sentido, as pessoas não se comportam sempre da mesma maneira. É como se não existisse o “machista *full time*” – nem, por outro lado, um(a) “igualitarista *full time*”. Todos nós, algumas vezes, utilizamos modelos mais hierárquicos, outras vezes, modelos mais igualitários, em função de contextos específicos. Gênero passaria a ser visto, assim, menos como *modelos dominantes* de masculino e feminino, mas como uma *linguagem*, uma forma de comunicação e ordenação do mundo, que orienta a conduta das pessoas em suas relações específicas e que é, muitas vezes, base para preconceitos, discriminação e exclusão social.

Categoria empírica ou analítica?

De qualquer forma, seja qual for a definição de gênero que se utilize (ou melhor, seja qual for o aspecto que se enfatize), é preciso reconhecer que há dois níveis de significado diferentes quando falamos em gênero: um empírico e outro analítico. Isto fica mais claro se percebermos que não estamos falando apenas da forma como as pessoas se relacionam, orientadas por significados de gênero. Estamos falando também de um jeito específico de analisar a realidade.

Podemos fazer uma análise de conjuntura sem nos darmos conta de como as relações de gênero estão operando nesta realidade. Podemos fazer o diagnóstico de determinado problema sem sequer mencionar gênero. Quando, porém, olharmos para uma realidade e, dentre outras coisas, nos perguntarmos como aqueles atores estão operando com gênero e que tipo de seqüências isso está trazendo para as relações entre eles, aí estaremos nos referindo a gênero enquanto uma categoria de análise. Gênero passa a ser um referencial importante para compreender uma dada realidade.

Vemos assim que gênero tem duas dimensões fundamentais: é uma categoria *empírica* – ou seja, é “utilizado” pelas pessoas nos seus relacionamentos cotidianos, na medida em que dá os limites nos quais se operam com categorias e classificações baseadas em gênero – e *analítica* – no sentido de ser “utilizado” por quem deseja *compreender* uma dada realidade.⁵

Isso é interessante para entender o que significa para um projeto possuir a chamada “perspectiva de gênero”. O fato de um projeto ter essa orientação pode significar que se utilizou da noção de gênero como uma categoria de análise fundamental para o diagnóstico dos problemas e para a elaboração das soluções. Ou, então, significar que a ação desenvolvida ali trará efeitos para a forma como os sujeitos operam com as categorias empíricas de gênero no seu dia-a-dia. A perspectiva de gênero de um projeto pode ter esse caráter analítico ao embasar e orientar o diagnóstico e o planejamento da ação

⁵ Esta distinção já é clássica e uma de suas formulações mais claras está no artigo de Joan Scott: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**: gênero e educação. Porto Alegre. v.20 n.2, 1995.

e, ao mesmo tempo, resultar em mudanças empíricas na forma como gênero orienta as relações que envolvem seu público beneficiário. Essa distinção é importante por indicar que não necessariamente se precisa falar em gênero com o público beneficiário de um projeto para, de fato, se estar lidando com gênero. Mais que isso, significa que não se precisa abandonar estratégias políticas que falam em “mulheres” e “homens”. Gênero deixa de representar, assim, a ameaça de se constituir em uma ferramenta anti-política ou despolitizadora, se for bem entendido e bem trabalhado.

Gênero na ação política

Esse rico potencial de desconstrução da realidade é muito bem-vindo para a ação política. Afinal, uma arma forte contra todo tipo de visão conservadora é o argumento de que as coisas nem sempre foram como são e, por isso, podem mudar a qualquer momento. A idéia de que os conceitos e a própria realidade são construídas e, por isso, pode ser desconstruída é muito importante. Mas traz alguns incômodos para a ação política, é verdade.

No caso do gênero, um incômodo freqüente tem sido a sensação de que o termo “despolitizou” a ação do movimento feminista, trocando um sujeito político construído a duras penas (*A Mulher*) por uma palavra bonita e pouco ameaçadora (*Gênero*). Nesse sentido, é bem verdade que a carga semântica mais leve que “gênero”, em relação à “mulher”, explica sua rápida propagação em campos nos quais o termo “mulher” não vingava. Mas, por outro lado, isso pode ter um aspecto muito positivo. Sendo um termo em torno do qual é mais fácil aglutinar diferentes atores sociais, “gênero” tem, em potencial, a capacidade de ser um forte instrumento de ação política.

Isso sugere que gênero tem uma utilidade política específica para as ONGs, ou seja, o seu valor nesse campo não depende da forma e dos significados que ele tem para a pesquisa acadêmica. Para as ONGs, a utilidade do conceito de gênero pode variar, sendo, às vezes, mais eficaz enquanto categoria analítica, no planejamento de projetos, outras vezes como categoria empírica, no uso com seu público beneficiário. Vemos, então, que não são só as diferentes tradições disciplinares que explicam os vários sentidos existentes para o conceito de gênero e que circulam entre as ONGs. Precisamos entender que gênero é um termo com uma utilidade política própria para as ONGs. E, mais do que isso, varia conforme a inserção institucional de cada ONG. Assim, pode ser mais rentável para uma *ONG de mulheres* enfatizar uma definição de gênero, ou uma de suas dimensões, enquanto que para uma *ONG mista* pode valer mais outra definição. Dessa

6 Sobre as definições de diferentes tipos de ONGs e os usos que fazem do termo “gênero”, ver SIMIÃO, Daniel. Itinerários transversos: gênero e o campo das organizações não-governamentais no Brasil. In: ALMEIDA, Heloisa et.al. (orgs.). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. É também pelo fato de reconhecer esta utilidade relativa (e posicional) do termo gênero, que este texto não procura apresentar um conceito único para o termo, tampouco definir uma receita para entender gênero. Objetiva, sim, dar um panorama para que cada ONG possa utilizá-lo da melhor forma possível, sabendo do que está falando e das implicações das diferentes utilizações do termo gênero.

Das mulheres ao gênero

Podemos entender um pouco melhor como se chegou a tantas definições para gênero se olharmos rapidamente para o trajeto que esse conceito fez na academia e fora dela. Muito do receio de que gênero despolitizasse a ação social e política se deve a que esse conceito veio ocupando nos últimos anos um lugar antes dominado pela categoria “mulher/mulheres”, tanto nos estudos produzidos na universidade, quanto nas discussões da cooperação internacional. É esse movimento de deslocamento do termo “mulher” que marca a trajetória do gênero.

Na universidade, o conceito de gênero surgiu no contexto dos chamados estudos sobre mulheres, em um momento em que pesquisadoras feministas buscavam formas de desnaturalizar a condição das mulheres em nossa sociedade. Nesse sentido, era preciso encontrar conceitos que permitissem diferenciar aquilo que as mulheres tinham de natural, permanente, e igual em todas as épocas e culturas (o sexo), daquilo que dava base para a discriminação e, por ser socialmente construído, variava de sociedade para sociedade e podia mudar com o tempo (o gênero).

Gayle Rubin sugere, em 1975, um sistema de sexo/gênero no qual, ainda que buscando a análise das causas da condição feminina, o faz diferenciando o indicador anatômico do sexo e a elaboração cultural constitutiva do gênero. Com isto, Rubin dá atenção aos autores que formularam teorias sociais em que a sexualidade desempenha papel central (Freud e Lévi-Strauss), fornecendo instrumentos para compreender a construção social do gênero sobre um substrato biológico. Para Rubin, a domesticação da mulher se daria por meio de um sistema de relações sociais (em especial os sistemas de troca do parentesco) que opera a transformação da sexualidade biológica em produtos socialmente constituídos e culturalmente localizados. Isto aconteceria, por exemplo, toda vez que as meninas de nossa sociedade fossem educadas para aceitar a corte de um homem ou aprendessem a “dever obediência” ao pai e ao esposo.

Segundo Maria Luiza Heilborn,⁷ a preocupação central de Rubin era com “o que deve ser mudado para alcançar uma sociedade sem hierarquia de gênero”. Por isso, Rubin atribuía um caráter fundamental para a análise das causas da condição feminina (uma condição de invariável subordinação). E não é uma preocupação aleatória, se levarmos em conta que o sistema estava sendo proposto em uma década em que o feminismo se caracterizava por levantar a bandeira da igualdade entre homens e mulheres. Na década de 80, período em que o feminismo se volta para a construção e afirmação do direito à diferença como bandeira política, este sistema passa a ser visto como “identitário” e universalizante. A categoria gênero não poderia, segundo as críticas pós-estruturalistas, obscurecer ou subordinar outros marcadores fundamentais da própria diferença entre as mulheres, tal como raça e classe,

⁷ HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

que deveriam estar entrelaçados na constituição de sistemas de diferenças hierarquizantes.

Nos anos 80, aprofundando-se na construção social dos gêneros, Collier e Rosaldo entenderam “gênero” como um sistema cultural que, para além do substrato biológico, envolve relações políticas e econômicas, relações conjugais e a própria organização do parentesco na consolidação das categorias de gênero. É deste enfoque que se tem a idéia de que a desigualdade de gênero constituiria um Feminino e um Masculino, modelos culturais de largo alcance.

Recentemente, como vimos, as discussões contemporâneas acerca do “gênero” têm acompanhado abordagens desconstrucionistas, interessadas em desvendar como formas de pensamento vão construindo significados para as categorias que até há pouco julgávamos as mais insuspeitas. A perspectiva simbólica, aliada desta postura desconstrucionista, vai marcando a noção de gênero como *construção* que se dá no interior de *contextos* específicos, respondendo a experiências e conflitos particulares de um grupo e mesmo de um indivíduo. Como diz Costa:

“A reelaboração do gênero como contextual, relacional e efeito de certas estratégias, abriu novas avenidas para o estudo da linguagem. Os gêneros passam a ser entendidos como processos também moldados por escolhas individuais e por pressões situacionais, compreensíveis somente no contexto da interação social”.⁸

Uma trajetória política: a busca de instrumentos de ação

No campo da cooperação internacional, gênero provocou algumas mudanças significativas. De um discurso centrado na idéia de integrar as mulheres ao desenvolvimento, passou-se a uma concepção mais abrangente que envolve o trabalho com diferentes setores sociais buscando transformar as relações de gênero nas várias dimensões da vida das mulheres e dos homens.

Nos anos 70 e 80, orientada pela idéia de que homens e mulheres viviam condições de acesso ao desenvolvimento muito diferentes, predominava na cooperação internacional a concepção de que a solução para as desigualdades entre os sexos estava em integrar as mulheres em um processo de desenvolvimento. De fato, muitos indicadores sociais e econômicos apontavam para a dificuldade predominantemente maior entre as mulheres pobres em ter acesso à educação, qualificação profissional e crédito, por exemplo. Visibilizados ainda mais a partir do Ano Internacional da Mulher (1975), esses indicadores evidenciavam situações de alijamento e exclusão das mulheres de certos patamares de desenvolvimento social e econômico, se comparadas aos homens. Isso deu origem às políticas chamadas de WID (Women into Development / mulheres no desenvolvimento).

O conceito de gênero trouxe consigo algumas críticas a essa visão,

⁸ COSTA, Cláudia Lima. *Op.cit.* p.161.

normalmente percebida como muito economicista. Enfocada em indicadores de acesso das mulheres a fatores de desenvolvimento, essas políticas acabavam desconsiderando que as relações entre homens e mulheres é pautada por um imaginário de gênero eivado de desigualdades que não se refletem apenas nos indicadores de acesso. E não bastaria integrar as mulheres em processos de desenvolvimento econômico para operar mudanças naquele imaginário.

Nesse sentido, junto com uma definição mais abrangente de desenvolvimento, começou-se a utilizar a expressão “GAD” (Gender and Development - gênero e desenvolvimento) para indicar uma preocupação com a transformação das posições objetivas das mulheres na sociedade e com a qualidade das relações marcadas por gênero que estavam por trás destas posições.

Esse não foi um processo simples de abandono da categoria “homens e mulheres” e adoção de um conceito novo. Até hoje se utiliza muito “gênero” ao lado de “homens e mulheres”, mas, nesse processo, muitos conceitos novos foram surgindo, como os de *empowerment*, *eqüidade de gênero*, *igualdade de gênero* e *gender gap*, que passaram a ser freqüentemente articulados nos discursos de agências de cooperação e de ONGs.⁹

Buscando superar as críticas das limitações das teorias de WID, mas preservando a categoria “mulher”, feministas como Caroline Moser e Maxime Molineux elaboraram uma compreensão baseada em “*necessidades práticas e interesses estratégicos de gênero*”. Segundo essa visão, haveria dois níveis de necessidades de gênero: as necessidades práticas, que derivam da condição prática das mulheres como pessoas (seres ‘gendrados’) e definem interesses práticos de sobrevivência (serviços de assistência médica, creches, etc.), e as necessidades estratégicas, aquelas que definem interesses estratégicos para atingir uma organização social mais igualitária. A proposta de Moser é uma tentativa de acomodar o potencial disruptivo de gênero a uma proposta original de Molineux. “Gênero” e seu potencial desconstrutivo caberiam muito bem no nível estratégico da ação política, enquanto que a categoria identitária “mulher” continuaria tendo sua utilidade no nível “prático” da ação social. Essa abordagem tem sido criticada no sentido de que parece ser um tanto quanto dicotômica, estabelecendo duas categorias (estratégico e prático) que se arriscam a não perceber a dinâmica que há na construção social das necessidades e dos interesses, que podem estar sendo reformulados a todo momento, segundo coalizões diferentes, passando de estratégicos a práticos e vice-versa.

Outras autoras, como Sarah Longwe, criaram esquemas pelos quais há diferentes níveis nos quais as desigualdades de gênero se refletiriam. Para superá-la, seria então necessário desenvolver um processo de empoderamento das mulheres para que se atingisse a igualdade em relação

⁹ Para uma descrição destes conceitos e da forma como são frequentemente utilizados ver: SIMIÃO, Daniel. As coisas fora do lugar: Gênero e o potencial de programas de geração de emprego e renda. In: **Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero – plataforma de contrapartes Novib; SOS corpo, gênero e cidadania, 2002.

aos homens em pelo menos 5 níveis: no nível do *bem-estar* material das mulheres em relação aos homens; no nível do *acesso* aos recursos de desenvolvimento e produção; no nível da *conscientização* de homens e mulheres quanto ao caráter socialmente construído do gênero; no nível da *participação* das mulheres em instâncias de tomada de decisões; no nível do *controle* das mulheres sobre os resultados de seu trabalho – sobre a renda familiar e as decisões pessoais, por exemplo, sendo o ponto mais alto do processo de *empowerment*.

Ainda hoje, não são poucas as formas pelas quais gênero vem ganhando traduções instrumentais para o uso na ação social e política. O fato é que a eficácia desses e de tantos outros modelos instrumentais varia em função da utilidade que se dá a eles, do tipo de ação que se está desenvolvendo e da prática específica de cada ONG.

Gênero no mundo do trabalho: a posição das mulheres e as relações de gênero

Não há como negar que as mulheres enfrentam adversidades muito maiores no mercado de trabalho do que os homens. No início, a luta para sair de casa e se inserir no mercado de trabalho. À medida em que as taxas de ocupação feminina cresceram, foi crescendo também o desemprego entre as mulheres. Da mesma forma, a taxa de desemprego feminino tem sido sistematicamente mais alta que a dos homens. Estatísticas não faltam para mostrar o quanto as mulheres sofrem com a dupla jornada, com a discriminação, com o assédio sexual, com os salários mais baixos, com os trabalhos mais precários, a terceirização e o subemprego, em geral de forma mais aguda que os homens.

Os conceitos de gênero, porém, pedem que não fiquemos apenas na constatação das posições diferentes que homens e mulheres ocupam no mercado. Eles nos indicam que essa situação não deve ser entendida apenas no mercado do trabalho, mas que afetam e são afetadas por fatores enraizados em outras dimensões da vida de homens e mulheres. Da mesma forma, avanços e conquistas nesse panorama não podem ser medidos apenas pela posição em que as mulheres se encontram na estrutura ocupacional deste mercado. Ou seja, o olhar instruído por um conceito de gênero não se limita a observar as posições das mulheres no mercado de trabalho. A realidade, vista com um olhar de gênero (nesse caso, gênero como um instrumento analítico que orienta nosso entendimento sobre um contexto), conduz-nos a indagação, não apenas da posição que um sujeito específico (a mulher) ocupa em uma dada situação. Mas vai além, no sentido de entender quais as relações que se estabelecem entre mulheres e homens, mulheres entre si e homens entre si, de tal forma que, por serem marcadas por preconceitos de gênero, acabam afetando negativamente o desempenho profissional e a vida de homens e mulheres de forma diferenciada.

Sabemos que, no mundo do trabalho, as mulheres têm sido afetadas muito mais pesadamente pelos preconceitos e pela discriminação de gênero.

A diferença em pensar as relações de gênero está em perceber que o preconceito e a discriminação não estão assentados apenas na posição desprivilegiada das mulheres, mas podem estar sendo repostos e reforçados em vários níveis da vida de mulheres e de homens e operados nas diferentes relações em que esses sujeitos se envolvem. Assim, mesmo mulheres em postos de chefia, ou combativas sindicalistas, ou, ainda, profissionais bem sucedidas, todas não estão isentas de reproduzir preconceitos de gênero dentro e fora do mercado de trabalho.

Isso significa que não basta tomarmos como indicador a quantidade de mulheres em posições de comando ou a renda média de mulheres em uma dada profissão. Eles podem dizer muito sobre a posição das mulheres, mas nem sempre dão conta das mudanças na qualidade das relações de gênero em uma certa realidade e da forma como os preconceitos de gênero se traduzem no dia-a-dia dessas trabalhadoras, especialmente em suas relações familiares. Um exemplo clássico é o caso de mulheres que passam a ter um rendimento maior do que o de seus maridos. A depender da forma como esta situação é negociada no universo familiar, o resultado pode não ser exatamente positivo para quem busca relações pautadas por um maior sentido de igualdade e simetria no campo do gênero.¹⁰ É necessário, portanto, estar atento à forma como homens e mulheres dão sentido a estas novas posições que as mulheres vão assumindo no mundo do trabalho.

Nesse mesmo sentido, não podemos reduzir a idéia de “mundo do trabalho” apenas ao mercado de trabalho, aquele lugar em que se negocia o valor da mercadoria força-de-trabalho. Para dar conta das múltiplas relações em que os preconceitos de gênero afetam as mulheres no mundo do trabalho, é preciso abrir o alcance de nosso olhar, e utilizar-se de um conceito mais abrangente. Esse mundo do trabalho, portanto, se relaciona intimamente com os efeitos que preconceitos de gênero trazem para uma mulher trabalhadora na sua família, na sua relação com a vizinhança, com a escola de seus filhos, com suas amigas e seus amigos. O preconceito de um marido que não aceita como renda principal da casa o dinheiro que a mulher conquista em seu trabalho, as críticas da vizinhança à mulher que deixa o filho caçula aos cuidados da irmã por falta de creche, são todos dramas que, mesmo se dando fora do mercado de trabalho, dizem, sim, respeito ao mundo do trabalho e à forma como nele se reproduzem e operam preconceitos de gênero.

A título de conclusão, poderíamos dizer que analisar e propor intervenções relacionadas às relações de gênero no mundo do trabalho, neste caso, implica preocupar-se não apenas com a posição das mulheres dentro de relações de trabalho, no mercado formal ou informal, mas pode envolver também todo o impacto que essas posições trazem para a forma como

10 Bons exemplos da importância de se estar atento à dimensão qualitativa de gênero no universo familiar, tendo em conta a presença das mulheres no mundo do trabalho, podem ser encontrados em: CARVALHO, Marília Gomes de; NASCIMENTO, Teresa Cristina. Sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero. In: **Sistematizando caminhos: transposição de obstáculos e ocupação de espaços no mundo do trabalho**. Brasília: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI), 2003.

homens e mulheres operam relações de gênero no seu cotidiano a partir de uma referência vivida no mundo do trabalho. A ligação entre gênero e mundo do trabalho espraia, assim, seus efeitos para além das relações de trabalho e do mercado de trabalho, e nos permite pensar soluções igualmente envolventes.

Referências Bibliográficas:

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

CARVALHO, Marília Gomes de; NASCIMENTO, Têresa Cristina. Sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero. In: **Sistematizando caminhos: transposição de obstáculos e ocupação de espaços no mundo do trabalho**. Brasília: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI), 2003.

COSTA, Cláudia Lima. O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.1, 1994.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.5, 1995.

HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade: gênero e educação**. Porto Alegre. v.20 n.2, 1995.

SIMIÃO, Daniel. As coisas fora do lugar: gênero e o potencial de programas de geração de emprego e renda. In: **Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: GTGênero – Plataforma de Contrapartes Novib; SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2002.

SIMIÃO, Daniel. Itinerários transversos: gênero e o campo das organizações não-governamentais no Brasil. In: ALMEIDA, Heloisa et.al. (orgs.). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SIMIÃO, Daniel. **O pulo do sapo: gênero e a conquista da cidadania em grupos populares**. Curitiba: Expoente, 2000.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de Século, 1995.